

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 03

Data: 15 de junho de 1971

Pg.: 10

Cientistas condenam o método da Funai

Um grupo de 80 antropólogos, sociólogos, historiadores e cientistas sociais condena, em manifesto ontem divulgado, a filosofia e os métodos adotados pela Fundação Nacional do Índio. Afirma-se no documento que o processo de rápida expansão das fronteiras internas está favorecendo a adoção de atitudes e procedimentos que chegam a ameaçar a sobrevivência cultural e biológica das populações indígenas. Acusa-se a emergência de teses relativas ao índio e critica-se o uso indiscriminado do termo "aculturação", transformada, segundo os signatários, em "fórmula mágica para transformar índios inúteis em sertanejos produtivos", eliminando todos os elementos culturais que possam entrar a aplicação daquelas teses. Ressalta-se ainda a incoerência de se afastarem grupos indígenas dos novos polos de desenvolvimento, na Amazônia, deslocando-os para o Parque do Xingu, ao mesmo tempo em que recorta diagonalmente a reserva com a construção da BR-80.

O documento foi entregue ontem ao secretário-geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Simão Mathias, e será levado à discussão durante a 23.ª Reunião da entidade, que se iniciará a 4 de julho em Curitiba.

Com 3 mil palavras, o manifesto é comparado ao documento assinado em 1908 pela Congregação do Museu Nacional, segundo o qual "aqueles que acolheram com brandura, calmos e confiantes, os primitivos colonizadores que os encontraram na posse incontestada de vasto território, já mais mereceram, desde 1535, dos que se presumem cultos, e, por ventura, de raça superior, senão a ambição, o interesse sordido de os dominar pela força, de os escravizar, invocando uma civilização que por sua inclemência lhes deveria parecer inferior ao regime secular em que se mantinham".

O manifesto

"Os que assinam o presente, ligados ao problema do índio por razão de atividade profissional ou por vinculações de sentido puramente humanístico, sentem-se no dever de dirigir-se, de público, às autoridades do País e à própria consciência nacional, com o propósito de despertar o interesse e a atenção para as ameaças que se renovam contra os direitos mais elementares das populações indígenas brasileiras.

Os signatários querem dirigir-se, de modo muito especial, à Associação Brasileira de Antropologia, à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, à Sociedade Brasileira de Proteção à Natureza e à Sociedade Brasileira de Sociologia, entidades científicas, que estão mais intimamente relacionadas às questões em foco e que podem e devem desempenhar um papel de extrema relevância na adoção de uma perspectiva adequada e justa no trato com o grave problema da sobrevivência cultural e biológica dos remanescentes indígenas do País.

Fielis à sua vocação humanística, as ciências jamais se distanciaram dos problemas ligados ao progresso material, social e intelectual do Brasil, estando presentes, de modo ativo e participante, em todos os grandes esforços pioneiros de desbravamento e ocupação das várias regiões inexploradas do País.

Em começos do século, a Comissão Rondon foi exemplo da importância da colaboração entre um esforço pioneiro de integração nacional e um programa de investigação científica a ele associado, e que provavelmente não foi superado até hoje quer em sua amplitude ou em seus resultados. Desta associação íntima e efetiva entre engenheiros, militares, desbravadores e naturalistas, forjada e mantida pela energia e pelo gênio humanístico do general Rondon, resultaram consequências e benefícios seguramente insuspeitados ou não previstos nos objetivos do plano original".

Ameaça

"Os signatários do presente documento — prossegue o manifesto — entendem que o processo atual de rápida expansão pelas últimas fronteiras internas do País cria condições muito favoráveis à emergência de atitudes e procedimentos concretos que põem em perigo direitos essenciais das populações indígenas brasileiras, inclusive a sua própria sobrevivência cultural e biológica. Do mesmo modo que em começos do século, procura-se hoje apresentar os remanescentes indígenas e o conjunto de seus bens materiais e culturais como um obstáculo inútil ou danoso ao progresso e ao desenvolvimento do País.

Como no passado, índio e progresso são vistos como termos polares e mutuamente excluintes de uma falsa antinomia. Os preconceitos, o desprezo e a aversão pelo índio, elementos característicos na atitude dominante de áreas em que grupos indígenas são forçados a uma coexistência espacial com populações sertanejas, deixam de ser patrimônio exclusivo dessas comunidades pioneiras para contaminar setores ponderáveis da sociedade nacional, inclusive técnicos, empresários e, não raro, os próprios agentes indigenistas. Os signatários constataam, com indistigável preocupação, a emergência de teses falaciosas em relação ao índio, explicitadas em declarações e atos de funcionários da Funai.

Os signatários querem tornar explícito seu ponto de vista sobre os esforços que hoje se desenvolvem na região amazônica a fim de dotá-la de condições básicas para o progresso aos quais não fazem e, em sã consciência, não poderiam fazer restrições quanto à sua utilidade ou importância para o País. O que se discute é, pelo contrário, o modo mais eficaz de garantir aos indígenas, tanto quanto a quaisquer outros segmentos da sociedade nacional, o ajustamento e o gozo das novas e mais fecundas oportunidades de realização individual e social oriundas desse progresso".

"Aculturação"

"A modernização da Funai — acrescenta o documento — se exprime pela aquisição de uma perspectiva empresarial, substituindo a crônica insuficiência de verbas do órgão anterior por um esforço de tornar-se produtiva a auto-sustentável. Outro traço característico da Funai é a adoção recente e o uso indiscriminado do termo "aculturação" que substitui integração com a meta de seus esforços. Este conceito, utilizado com razoável inteligibilidade pelas Ciências Sociais para definir um processo de mudan-

ça cultural específico, despoja-se de toda sua capacidade explicativa ou instrumental ao ser integrado à linguagem indigenista oficial, em cujo contexto funciona como uma espécie de fórmula mágica de múltiplos significados e eficácia inesgotável, pela qual se opera a transformação expedita de índios inúteis em sertanejos produtivos. Fica claro que todos os elementos culturais que intensificam a participação em atividades e criações "tribais", produzindo e reproduzindo todos os bens materiais e espirituais que permitem ao grupo sobreviver como uma sociedade e uma cultura autônomas, são considerados entraves ao processo de "aculturação".

A transformação radical da Amazônia por efeito dos projetos de desenvolvimento ora em curso, deveria ser acolhida pelo órgão indigenista como uma oportunidade excepcional para integrar ou "aculturar" o índio. As profundas mudanças nas condições naturais de flora e fauna, a expansão da colonização através de rodovias pioneiras pelas regiões mais distantes e os vários outros fatores econômicos, sociais e culturais de mudança, todos esses fatos produzirão necessariamente um contacto e uma dependência cada vez mais íntima e inelutável entre os grupos indígenas e a sociedade nacional. Entretanto, todos os projetos de desenvolvimento que atualmente se formulam para a Amazônia excluem as comunidades indígenas ou, o que é mais grave e paradoxal, referem-se às mesmas somente para sugerir uma política de neutralização ("pacificação") e de transferências forçadas de grupos inteiros para outras áreas menos próximas aos novos polos de desenvolvimento".

Incoerência

O ministro observa: "Ao mesmo tempo que a Funai elege o Parque Indígena do Xingu como área para realocação dos grupos indígenas afastados de seus territórios tradicionais, o próprio Parque é concreta e indiretamente ameaçado como "reserva" ou área de refúgio por uma rodovia pioneira (BR-080) que o corta diagonalmente. Isso quer significar que os índios são afastados de suas regiões pela pressão do progresso trazido pela Sudam e pela rodovia Transamazônica e transferidos a outra área que é, concomitantemente, submetida às mesmas condições. Vale acentuar que a defesa da BR-080 como instrumento de aculturação sustentada energeticamente pela Funai, deveria, por coerência necessária, estender-se às áreas indígenas hoje existentes no curso da Transamazônica. A única alternativa possível a esta hipótese não faz justiça à Funai, à Sudam, à Sudéco e aos outros órgãos administrativos e de planejamento: é a que consagra o velho axioma brasileiro, de raízes coloniais, segundo o qual os índios são basicamente incapazes de progredir e de ser úteis e aos quais não se reconhecem quaisquer direitos. Os signatários do presente estão convencidos de que é possível, a despeito e além de quaisquer interesses ou preconceitos eventuais e momentâneos, sensibilizar os setores mais responsáveis da sociedade nacional, impondo ao problema do índio uma solução mais justa e humana.

Nesta esperança, firmam o presente documento.